

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E SOBREDOTAÇÃO

Ana Karina Costa Santos¹

Natália Ramos²

RESUMO

O presente artigo apresenta, de forma resumida, uma investigação de doutoramento (Santos, 2012) realizada na Universidade Aberta de Lisboa. O trabalho objetivou conhecer e compreender os processos de desenvolvimento de algumas dinâmicas familiares, escolares e socioculturais de crianças sobredotadas residentes em Portugal (nos distritos de Setúbal e Lisboa) e que frequentam instituições escolares (do ensino público ou particular) do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Considerou-se de efetiva importância entender de que forma as famílias e as escolas gerem as problemáticas inerentes às crianças sobredotadas e qual o nível de aceitação destas crianças nas famílias, por parte dos colegas e professores nas escolas, mas também no meio sociocultural em que vivem e se encontram inseridas. Entendeu-se também pertinente indagar se as instituições escolares estão preparadas para operacionalizar a efetiva inclusão das crianças sobredotadas, proporcionando-lhes a oportunidade de um ensino adequado, que responda de forma positiva às suas necessidades específicas e individuais, valorizando e potenciando as suas capacidades e respeitando a sua singularidade. Este artigo aborda especificamente a importância da educação intercultural e a perspetiva intercultural na área da sobredotação. Para realizar este estudo utilizou-se a metodologia de investigação qualitativa. Optou-se por um estudo de tipo descritivo, na categoria de estudos de caso. Inferiu-se que os pais e os educadores/professores revelam dificuldades significativas na compreensão da problemática da sobredotação, o que dificulta notoriamente a organização de intervenções ajustadas aos problemas que poderão surgir com estas crianças e jovens, resultando em limitações e fragilidades na criação das condições necessárias à adequada promoção do desenvolvimento emocional e psíquico das mesmas e à plena maximização de todo o seu potencial e criatividade. Assim, se as famílias e as escolas/professores compreenderem a problemática da sobredotação e beneficiarem de estruturas de apoio adequadas e um efetivo acompanhamento na intervenção junto destas crianças, existirão menos dificuldades na gestão dos problemas observados ao nível familiar e escolar, o que irá contribuir claramente para uma visão positiva da sobredotação e uma melhor aceitação, compreensão e inclusão destas crianças nas famílias, nas escolas e na sociedade.

Palavras-chave: Educação intercultural. Crianças Sobredotadas. Família e Sobredotação. Escola Inclusiva.

¹Doutorada em Ciências da Educação, na Especialidade em Educação Multicultural/Intercultural, pela Universidade Aberta de Lisboa. Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta de Lisboa (CEMRI-UAb) – Grupo de Investigação “Saúde, Cultura e Desenvolvimento”. E-mail: anakarinasantos@yahoo.com

²Doutorada e Pós-Doutorada em Psicologia. Professora Associada da Universidade Aberta (Lisboa). Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta de Lisboa (CEMRI-UAb), onde coordena o Grupo de Investigação “Saúde, Cultura e Desenvolvimento”. E-mail: natalia@uab.pt

ABSTRACT

This paper presents, briefly, a research work – PhD (Santos, 2012) presented to Open University of Lisbon. The study aimed to better know and understand the development of family dynamics, as well as school and sociocultural dynamics of gifted children residing in Portugal (districts of Setúbal and Lisbon) and who attend schools (public school or private) of 1st Cycle of Basic Education. We considered important to understand how families and schools manage the problematic inherent in gifted children and what is the level of acceptance of these children in families, by colleagues and teachers in schools, and by the socio-cultural environment in which they live. It was considered appropriate to ask whether schools are prepared to operationalize the effective inclusion of gifted children, providing them the opportunity of a proper education, to respond positively to their specific and individual needs, enhancing and strengthening their capacities and respecting their uniqueness. The present article addresses the importance of intercultural education and intercultural perspective on giftedness. To carry out this study we used the qualitative research method. We opted for a descriptive study, in the category of case studies. It is inferred that parents and educators / teachers show significant difficulties in understanding the problem of giftedness, which notoriously difficult interventions adjusted to the problems that may arise with these children and young people, resulting in limitations and weaknesses in creating the conditions required to properly promote their emotional and psychological development and full maximizing their potential and creativity. If families and schools / teachers understand the problem of giftedness and benefit from appropriate support structures and effective monitoring in intervention in these cases, there will be fewer difficulties in the management of problems observed to family and school level, which will contribute clearly for a positive view of giftedness and greater acceptance, understanding and inclusion of these children in families, schools and society.

Keywords: Intercultural Education. Gifted Children. Family and Giftedness. Inclusive School.

Introdução

Uma sociedade multi/intercultural [...] necessita de uma nova abordagem de cidadania, que incorpore a dinâmica da diversidade cultural e da mudança e os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que promovam a educação, o desenvolvimento humano, as identidades, a igualdade de oportunidades, o diálogo intercultural, [...] em particular dos grupos minoritários (RAMOS, 2007, p. 240).

A importância atribuída à problemática da sobredotação e a evidente relevância das inúmeras questões suscitadas por esta complexa e multifacetada questão, têm assumido expressão crescente nos contextos mundial, europeu e nacional, assim como ao nível científico, educativo e social, lançando desafios contínuos à educação e às políticas do século XXI. Estas realidades apelam à mobilização de ações que promovam perspetivas e posições críticas que contribuam para encontrar novos caminhos e renovar respostas que ajudem a solucionar os problemas, a responder às interrogações e a esclarecer as dúvidas e inquietações que persistem em relação à sobredotação e que constituem inevitáveis preocupações com as quais nos defrontamos na prática profissional, apesar das muitas iniciativas e dos diversos percursos traçados em Portugal, bem como noutros países, neste âmbito.

O evidente desconhecimento que ainda se mantém relativamente a esta temática acarreta sérias limitações e impõe dificuldades, especificamente ao nível das intervenções organizadas e implementadas junto destas crianças e respetivas famílias, sendo possível observar, nomeadamente no âmbito das atividades dinamizadas nos diversos contextos educativos institucionais, notórias lacunas e fragilidades, assim como respostas que se revelam pouco eficazes. Esta situação compromete de forma significativa e preocupante o acompanhamento e atendimento dos casos de sobredotação identificados nas escolas e, simultaneamente, a adaptação social, a afirmação identitária, os processos de ensino e aprendizagem e a adaptação escolar e sucesso educativo destes alunos, favorecendo e potenciando problemas psicológicos, relacionais e psicossociais nas respetivas comunidades de aprendizagem.

Na atualidade e tomando em consideração a atenção dirigida às questões das identidades, da singularidade e da diversidade como

fatores indiscutíveis de desenvolvimento e de bem-estar dos indivíduos, dos grupos e das sociedades, urge dar continuidade aos percursos efetuados, mas, também, abrir perspectivas e promover novas políticas e dinâmicas de atuação que possibilitem mobilizar as escolas e os educadores, sensibilizar a sociedade em geral e dilatar o interesse constatado relativamente à problemática da sobredotação.

Uma sociedade multi/intercultural

[...] visa promover a não discriminação [...], favorecer o debate sobre as formas de aumentar a participação de grupos sub-representados ou em exclusão na sociedade, acolher e promover a diversidade e o diálogo intercultural, contribuir para uma sociedade mais justa, coesa e solidária e uma escola e educação mais inclusivas e plurais e promover, em suma, a igualdade de oportunidades em todos os sectores, muito em particular, na educação (RAMOS, 2007b, p. 240-241).

Perante a diversidade e a evidente heterogeneidade da população escolar, impõe-se que as escolas sejam capazes de implementar estruturas educativas e organizar procedimentos pedagógicos diferenciados, que facilitem a promoção e a dinamização de contextos educativos, inclusivos e interculturais, que se consubstanciem no ajustamento e na adequação das respostas educativas à pluralidade constatada, às características individuais e necessidades específicas de cada criança, à diversidade de culturas em interação nos contextos educativos, bem como à diversidade de conhecimentos e competências. As escolas deverão assegurar múltiplas e gratificantes oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem, que respeitem e respondam às diferenças individuais dos alunos e garantam a maximização das suas capacidades e potencialidades, bem como o desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, identidade e educação (BRONFENBRENNER, 1979; SOEIRO & PINTO, 2006; RAMOS, 2007a,b; SANTOS, 2012).

A escola inclusiva e intercultural, comprometida com uma pedagogia centrada nas crianças, deverá atender a diversidade discente, reconhecer e respeitar a individualidade e a singularidade dos seus alunos, educar para o sucesso, mas também para os valores, para a participação e para a cidadania. E, neste comprometimento que se pretende efetivo e consciente, terá que acautelar e assumir a responsabilidade de assegurar as condições indispensáveis para o

desenvolvimento de contextos de aprendizagem estimulantes e acolhedores, devidamente organizados e orientados para responder eficazmente às características e aos perfis intraindividuais, especificidades e necessidades ou dificuldades individuais de todos os seus alunos, sem exceções, nomeadamente dos alunos sobredotados (SANTOS, 2012).

Como tal, a educação inclusiva, democrática e intercultural, não poderá ignorar ou negligenciar os alunos sobredotados, impondo-se assim que as escolas efetivem as adequações que se impõem no âmbito dos seus procedimentos e nas suas práticas educativas, face às características e necessidades desta população, sustentando as suas intervenções em conhecimentos pedagógicos e científicos sólidos e organizando estratégias que possam salvaguardar e ajudar a melhor promover as potencialidades e as elevadas habilidades reveladas por estes alunos (SERRA & CARDOSO, 2008; SANTOS, 2012).

Para Ramos (1999, 2007b) e Peres (2000), a escola deverá ser um espaço plural que permita a construção de projectos individuais e colectivos significativos e contextualizados, em que a participação, a justiça, a igualdade de oportunidades e o respeito mútuo façam parte de uma prática constante e diária desta instituição. A heterogeneidade cultural deverá ser entendida como parte integrante do ser humano, tendo em conta que cada indivíduo é um ser original, que na sua singularidade se torna legitimamente diferente de qualquer outro.

A instituição escolar incorpora uma responsabilidade social inegável, pelo que deverá assumir-se como um espaço que promova a inclusão, a alteridade, a convivência e a plena participação de todos, de forma a permitir o desenvolvimento pessoal, social e identitário de cada um, numa construção cívica, reflexiva e crítica do conhecimento, através do diálogo intercultural e do desenvolvimento de atividades inovadoras, enriquecedoras e estimulantes, sendo capaz de respeitar a individualidade de cada um na sociedade plural e global atual.

Cabe referir que o princípio do direito de todos à educação, estabelecido como um direito fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como a Declaração de Salamanca (1994), influenciaram de modo bastante significativo as opções educativas implementadas em Portugal, bem como noutros países, que consignam a igualdade de oportunidades e o respeito das diferenças no

acesso e na promoção do sucesso escolar, orientando a instituição educativa a aceitar e a organizar-se em torno da diversidade (étnica, linguística, cultural, social, intelectual, sexual, de género, de competências e desenvolvimental...), reconhecendo os seus principais atores, ou seja, os alunos, na sua unidade e diversidade. Isto para que o conhecimento não se consubstancie apenas na mera transmissão de um saber acabado, mas sim num processo dinâmico, construtivo e interactivo, onde os alunos sejam reconhecidos como participantes activos na construção de saberes e no estabelecimento de conexões entre diferentes realidades, assumindo uma postura crítica e reflexiva e demonstrando capacidade de articulação e problematização de ideias e conceitos, e de mobilização de conhecimentos adquiridos para aplicação em diferentes situações e contextos (MONIZ, 2008).

A relevância da investigação aqui apresentada fundamenta-se na preocupação de evidenciar a perspectiva intercultural da sobredotação, a pertinência da pedagogia intercultural neste âmbito, a necessidade de organizar as instituições educativas para acolher a interculturalidade e a diversidade dos seus alunos; de destacar algumas problemáticas e dinâmicas familiares, escolares e socioculturais associadas às crianças sobredotadas, objetivando lançar novos desafios à sociedade e aos diversos agentes/atores do sistema educativo; de contribuir para uma compreensão renovada e um maior aprofundamento desta pertinente e multifacetada temática da criança sobredotada, que tem vindo a despertar o interesse de inúmeros estudiosos e investigadores no âmbito nacional e internacional.

No presente estudo participaram 20 crianças sobredotadas, respetivos pais, professores e 8 técnicos de instituições portuguesas especializadas no atendimento a estas crianças e suas famílias, sendo os participantes originários dos distritos de Setúbal e de Lisboa.

O grupo de crianças é composto por cinco elementos do sexo feminino e 15 elementos do sexo masculino, acompanhando assim as tendências gerais, nacionais e internacionais, as quais apontam mais rapazes do que raparigas com características de sobredotação, apesar das investigações mais recentes indicarem a existência de 3 a 5% de indivíduos sobredotados entre a população mundial, independentemente do género ou origem social dos mesmos. As idades das crianças que participaram neste estudo variam entre os 6 e os 10 anos. No decurso da realização deste estudo todas as crianças

frequentavam escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sendo que os anos de escolaridade variam entre o 1.º e o 4.º ano.

Os pais e as mães das crianças têm idades compreendidas entre os 26 e os 56 anos. As famílias residem em meios urbanos e rurais dos distritos de Lisboa e de Setúbal.

As professoras do 1.º Ciclo do Ensino Básico têm idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos. Os técnicos especialistas entrevistados no âmbito da investigação têm idades compreendidas entre os 39 e os 62 anos e integram associações portuguesas de estudo e atendimento a crianças com características de sobredotação e suas famílias.

Esta investigação apresenta um *design* metodológico claramente qualitativo, sendo visível que “*O investigador [...] está preocupado com uma compreensão [...] ampla do fenómeno em estudo*” (FORTIN, 2003, p. 22). Ora, este estudo empírico, de tipo descritivo, que enquadra a categoria de estudo de caso, tornou possível conhecer, descrever, explorar e explicar algumas dinâmicas educativas e socioculturais associadas à multifacetada problemática das crianças sobredotadas e talentosas, a qual nos propusemos estudar e compreender, assumindo a responsabilidade de uma análise rigorosa e em profundidade de vários aspetos deste complexo e desafiante fenómeno em estudo.

1. Os desafios da educação intercultural

Estamos em presença não apenas de diversidades individuais, mas de diversidades sistémicas, emergentes das sociedades pluralistas (...). A grande lição que se pode tirar é aprender a apreciar essa diversidade. Um longo caminho a percorrer (PERES, 2000 p. 27).

Verifica-se uma crescente multiculturalidade e diversidade a nível mundial e nos diferentes contextos e domínios da esfera pública, que tem vindo a impulsionar iniciativas no âmbito da reformulação de políticas e estratégias que visam promover a integração social, a inclusão, a participação, a equidade nas oportunidades, a educação, o desenvolvimento e a comunicação entre os diversos indivíduos e

grupos que coabitam e interagem no mesmo espaço social, bem como garantir o diálogo construtivo e a cooperação transnacionais, fundamentais nas sociedades democráticas e multi/interculturais e num mundo interativo e global, no qual esta genuína pluralidade sobressai como condição da identidade dos indivíduos (RAMOS, 2011).

Numa sociedade intercultural e plural é necessário reconhecer a necessidade de desenvolver uma abordagem renovada e consciente de cidadania, que incorpore de forma responsável a dinâmica da diversidade cultural e a aceitação da mudança, bem como os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que contribuam de forma ativa para promover o desenvolvimento humano, o respeito pelas diferenças, a tolerância e o diálogo construtivo e intercultural, em particular, dos grupos considerados minoritários, nos quais se incluem indiscutivelmente os indivíduos sobredotados (RAMOS, 2007b; SANTOS, 2012).

Diante da heterogeneidade e da pluralidade das sociedades e do mundo contemporâneo, todos teremos que aprender a viver a inegável multiplicidade de pertenças, de referências, de saberes e capacidades, não sob a forma de dicotomias, de exclusividades e de exclusão, mas antes de um modo plural, complementar, enriquecedor e inclusivo. A interculturalidade não objetiva alcançar a separação do universal e do particular, pelo contrário, almeja estabelecer e consolidar a reunião, ou seja, a organização e a constante reorganização de contextos sociais e relacionais integrativos e inclusivos, que contemplem um processo dialético ligando o “*Eu e o Outro*”, e o pleno reconhecimento das diferenças e singularidades, das identidades e da alteridade, contribuindo assim para um mundo no qual a diversidade se oficialize como sinónimo de riqueza coletiva, desenvolvimento e liberdade (RAMOS, 2007b, 2011).

Perante esta perspectiva consciente de respeito e aceitação da diversidade humana e cultural, torna-se fundamental e obrigatório desenvolver e aprofundar a formação dos diferentes profissionais nos domínios da diversidade e da interculturalidade, de modo a facilitar a construção de ações e práticas de formação e de intervenção, que possibilitem o desenvolvimento e o bem-estar pessoal e social dos indivíduos e dos grupos, e caminhem no sentido de promover e fortalecer práticas humanizadoras e emancipadoras no interior das relações interpessoais, sociais e institucionais, em diferentes situações

e contextos de atuação.

As questões inerentes à diversidade cultural, designadamente no âmbito educacional e social apresentam-se, no contexto contemporâneo do mundo globalizado, envoltas de uma importância verdadeiramente prioritária, posicionando-se no centro das preocupações e prioridades da maioria dos Estados, colocando desafios às sociedades e às políticas e estratégias a implementar nos diferentes sectores social, político, jurídico, económico, religioso, sanitário, mediático e educacional, que se traduzem em significativos factores de reflexão, problematização e mudança, quer a nível individual como coletivo, buscando uma progressiva optimização e maximização de pontes de diálogo intercultural, que se pretende construtivo e integrador (RAMOS, 2007b, 2009a).

Sabemos que devido à relevância e atualidade das questões inerentes à gestão da diversidade cultural e das relações interculturais, vários organismos internacionais têm dirigido um olhar atento e têm demonstrado particular preocupação em relação a estas inquietantes temáticas. Assim, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Conselho da Europa, a Comissão Europeia e a UNESCO reconhecem claramente que estas temáticas ocupam um lugar de destaque ao nível da pesquisa, da formação e da intervenção, nos mais diversos domínios científicos, destacando desta forma a sua pertinência no âmbito das dinâmicas de coesão social e do desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos, contribuindo para promover e reforçar a afirmação das diferenças e a valorização da diversidade cultural, da cidadania e do mundo plural, visivelmente “*mais rico e diversificado*” (UNESCO, 2001; 2005; 2007; RAMOS, 2011).

Importa referir que nas últimas décadas, a consciência de um mundo cada vez mais diverso e multi/intercultural e as inúmeras investigações desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, têm contribuído progressivamente para a valorização dos sujeitos nas suas diferenças, facilitando o reconhecimento da necessidade de olhar as diferenças de cada sujeito sob uma perspectiva individual, cultural, psicossocial e socioeducativa, valorizando a subjectividade, a singularidade e pluralidade da identidade humana. Neste sentido e defronte desta realidade, podemos afirmar que o universo de cada indivíduo é inquestionavelmente único, sendo essa diversidade

considerada como uma das mais valiosas e importantes características da humanidade (GOMES et al, 2006).

2. Perspetiva Intercultural e Sobredotação

Sou bastante curioso e gosto de saber tudo o que há para aprender acerca de muitas coisas, por isso, faço sempre muitas perguntas e leio muitos, muitos livros. Estou sempre cheio de vontade de aprender e estudar coisas novas. Eu gosto de coisas difíceis e interessantes. (Criança Sobredotada, in SANTOS, 2012, p. 224).

Como é salientado por Ramos,

a pluralidade e a heterogeneidade do mundo contemporâneo exige aprender a viver a multiplicidade de pertenças e de referências, não sobre a forma de dicotomias, de exclusividade e de exclusão, mas de um modo plural, contínuo e complementar. (2011, p. 198)

É importante compreender que a educação intercultural traduz-se num processo dinâmico e interativo, que contempla não apenas o conhecimento pessoal mas também cultural, devendo então as instituições escolares, através da educação intercultural, assegurar a todos os seus alunos, com equidade, as condições favoráveis e os meios necessários para desenvolverem, em diferentes contextos, aprendizagens que se revelem verdadeiramente significativas e que lhes permitam adquirir conhecimentos e desenvolver as competências necessárias para poderem exercer, de forma consciente e civicamente responsável, os seus direitos e deveres, através da experiência vivida e partilhada na participação ativa com as suas representações, interpretações, percepções, valores e saberes, tornando-se elementos de mudança enquanto indivíduos responsáveis, ativos, intervenientes e solidários, numa sociedade inquestionavelmente plural e multi/intercultural. Consequentemente, a educação intercultural visa que as instituições escolares possam representar múltiplos espaços de aprendizagem participada, mas também de convivência social, de cooperação, de resolução partilhada de conflitos, de diálogo construtivo e de cidadania ativa, onde todos os alunos tenham pleno acesso a uma educação que reconheça, valorize e seja capaz de potenciar as suas diferenças e identidades, ou seja, contextos organizacionais que contribuam para favorecer o desenvolvimento e o

enriquecimento de cada indivíduo e de todos, sublinhando o direito à singularidade e à alteridade e a potencial riqueza proveniente da diversidade, caminhando assim para uma efetiva desconstrução de estereótipos e de preconceitos sociais e abrindo caminho para um novo paradigma educacional (FERREIRA, 2003; MONIZ, 2008; RAMOS, 2008, 2009, a, c, 2011; SANTOS, 2012).

As permanentes mudanças, a constante evolução e o dinamismo do mundo plural impõem que a problemática da sobredotação, entendida na perspectiva intercultural, implique um profundo e renovado reposicionamento epistemológico e metodológico nos domínios da investigação, da formação e da intervenção, colocando assim importantes desafios à sociedade, à política e à educação, não somente ao nível da gestão da diversidade e da singularidade, mas também no âmbito do reconhecimento da multi/interculturalidade como uma efetiva e inquestionável riqueza para as sociedades e para o mundo atual.

Nas sociedades contemporâneas, importa esclarecer amplamente, que a necessária consciência e a aceitação da diversidade levam-nos, inevitavelmente, a perceber a urgência de um novo paradigma educacional e colocam em permanente evidência, uma realidade social e educacional notoriamente intercultural, na qual se observam claramente diversidades étnicas, culturais, sociais, linguísticas, de valores, de conhecimentos, de saberes, de competências e de habilidades, que chamam a atenção para a necessidade de sermos capazes de reconhecer os indivíduos em toda a sua dimensão e singularidade e propõem uma importante e abrangente reflexão acerca dos preocupantes fatores de marginalização, de discriminação e de exclusão social. Importa sublinhar que a educação intercultural objetiva assegurar a todos os alunos, sem qualquer exceção, uma educação que reconheça e saiba valorizar efetivamente as suas diferenças individuais, decorrentes da sua natureza singular, ou seja, uma educação que não assume uma atitude de discriminação face às diferenças dos indivíduos que frequentam as instituições escolares, contribuindo desta forma para promover o seu desenvolvimento integral, maximizar todo o seu potencial e garantir a inclusão e a equidade na educação e no usufruto dos bens e recursos educacionais, pois só assim a educação será pensada, arquitetada e organizada para todos e com todos, e poderá então *criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos*, dando efetivo

cumprimento ao objetivo explanado e consignado no artigo 7.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) Português.

Importa ter em conta que:

A escola é muitas vezes factor inibidor do aparecimento ou desenvolvimento das potencialidades dos alunos. A não promoção de ambientes criativos, a falta de estímulo, de recursos e de oportunidades, ou o não atendimento diferenciado em função das características e necessidades individuais, constituem frequentemente as causas do não desabrochar de capacidades latentes ou de inovação de capacidades reveladas (SERRA, 2000, p. 149).

A forma como a sociedade percebe a noção de sobredotado e a própria criança sobredotada, vai influenciar o modo como irá avaliar e intervir ao nível da sobredotação e potencializar ou não a identidade, individualidade e capacidades destas crianças. As crianças sobredotadas são crianças que apresentam aptidões, motivação e criatividade exceccionalmente elevadas, sendo frequentemente objeto de incompreensão e de falta de acompanhamento psicossociológico e educativo adequados às suas necessidades e potencialidades, podendo esta situação estar na origem de riscos e vulnerabilidades psicológicos, sociais e educacionais.

Como destaca a Associação Portuguesa de Crianças Sobredotadas:

A sobredotação cinge-se a uma noção de carácter individual, seja porque assenta integralmente enquadrada no conceito de diferença, seja porque é este mesmo conceito que gera a noção de individualidade, único sustentáculo do património da comunidade, somatório de potencialidades de cada um dos seus membros (APCS, 1987, p. 11).

A questão da sobredotação deverá ser perspectivada a partir de uma abordagem ecológica e dimensionada de forma holística, considerando assim os indivíduos em toda a sua dimensão, diferença e singularidade e assegurando a adequação dos diferentes contextos onde estes se encontram inseridos e realizam as suas vivências e processos de ensino, almejando contribuir para potenciar o seu desenvolvimento global e garantir a sua plena realização pessoal, emocional, social e educativa, destacando assim o inestimável valor da sua individualidade e singularidade para o enriquecimento coletivo das sociedades e para a

equidade nas oportunidades, no contexto alargado do mundo global, interativo e intercultural, no qual todos vivemos e atuamos (SANTOS, 2002, 2005, 2012).

Ainda nesta linha de pensamento, defende-se que esta temática deverá também ser compreendida a partir de uma perspetiva intercultural, através da qual as singularidades e as diferenças individuais são amplamente e devidamente reconhecidas e aceites como qualidades fundamentais da heterogeneidade e da diversidade humana, impondo que as escolas abram, com convicção, as suas portas à pluralidade de capacidades e habilidades, de potencialidades, de saberes, de conhecimentos e de talentos.

James Banks considera a Educação Multicultural como um conceito amplo [...], [que] consiste numa reforma educacional cuja finalidade será modificar a Escola para que os diferentes tipos de grupos (étnicos, religiosos, alunos com necessidades educativas especiais – os que têm dificuldades de aprendizagem e os sobredotados) tenham uma educação igual e paridade na Escola. A Educação Multicultural para este autor é não só uma reforma na educação, mas também um processo dinâmico desenvolvido por todos os agentes educativos (MONIZ, 2008, p. 52).

Peres (2000) realça que os inúmeros problemas de inclusão observados na instituição escolar e na sociedade revelam-se, maioritariamente, em relação a crianças e jovens privados de cultura ou culturalmente diferentes, filhos da cultura da pobreza, filhos de classes populares, filhos de emigrantes, ou crianças e jovens sobredotados. Ora, acresce sublinhar que a inclusão efetiva destes alunos não tem sido devidamente equacionada, nem adequadamente operacionalizada pelas escolas ou mesmo pela sociedade em geral.

Assim, devemos entender que o espaço social não representa unicamente um espaço de coexistência de diversas culturas, mas antes, um espaço dinâmico e interativo de coexistência e negociação de diferenças individuais e identitárias, no qual não se observam atores privilegiados, sendo que, todos os que nele participam e interagem, constituem diferenças na sua unicidade, as quais devem ser reconhecidas, respeitadas e aceites através da interação, da inclusão, da troca de valores, tradições, costumes, experiências, vivências e saberes.

Este espaço plural deverá representar e fomentar uma lógica de promoção ativa e valorização da singularidade da identidade humana, e da negação da exclusão social e da discriminação, onde o global se enriquece, continuamente, num verdadeiro mosaico de singularidades, considerando-se o conceito de multi/interculturalidade a partir de uma perspectiva epistemológica renovada e alargada, em que a complexidade existente se impõe para além da diversidade e da pluralidade dos grupos culturais, para se afirmar e consubstanciar no próprio sujeito. Alcançada esta premissa, será então possível abrir espaço para a promoção de direitos e constituição de sujeitos capazes de aceitar e respeitar a identidade de cada indivíduo na sua diferença e singularidade, num mundo notoriamente heterogéneo, onde se multiplica uma clara consciência da constante e progressiva aceleração das mudanças socioculturais (MAGALHÃES et al, 2003 citado por GOMES et al, 2006).

Consequentemente, importa perceber que a educação das crianças e jovens com altas habilidades/sobredotados deverá ser compreendida a partir de uma perspectiva multi/intercultural, através da qual as diferenças individuais são aceites e devidamente reconhecidas como características essenciais da humanidade, promovendo a abertura das instituições escolares à aceitação consciente e informada da evidente diversidade discente, da heterogeneidade dos alunos e da sua singularidade, o que ajudará a erguer os pilares estruturantes para a edificação de uma escola verdadeiramente inclusiva e multi/intercultural e favorecer a necessária mudança do paradigma educacional, num mundo claramente plural e global (STOER & MAGALHÃES, 2003 citado por GOMES et al, 2006).

Considera-se essencial a capacidade de olhar e reconhecer a diversidade como fonte efetiva de riqueza para os processos de ensino e aprendizagem; promover e rentabilizar as aptidões, capacidades, conhecimentos e culturas existentes; tomar em consideração a diversidade cultural e a pluralidade observada nas salas de aula, tornando-a condição da confrontação entre culturas; ultrapassar o etnocentrismo cultural; defender amplamente a descentração da instituição escolar e conhecer as diferenças culturais e individuais através do desenvolvimento e implementação de dispositivos pedagógicos na base da noção de cultura como prática social.

Importa ainda considerar as características culturais dos diversos tipos

de sobredotados, tendo em atenção que a quantidade e a qualidade de talentos revelados pelas crianças podem variar de cultura para cultura, factos que sustentam o carácter multi/intercultural e as raízes psicossocioculturais da sobredotação (NOVAES, 1979).

Cabe lembrar e destacar que as crianças e os jovens sobredotados, tal como todas as outras crianças e jovens, independentemente das suas características, especificidades e diferenças, têm obviamente o direito e a necessidade de serem compreendidas, aceites e tratadas como seres singulares e respeitáveis, devendo a sociedade no geral, assumir e compreender, claramente, a dimensão da sua inquestionável responsabilidade neste âmbito. Como alerta Winner *“nenhuma sociedade se pode dar ao luxo de ignorar os seus membros mais dotados, e todos devem pensar seriamente em como encorajar e educar esse talento”* (1999, p. 11).

3. Pedagogia intercultural e cooperação entre a família e a escola

Se se articulassem os processos de socialização e educação assumidos separadamente pela escola e a família, a função educadora da família e o papel socializador da escola fortalecer-se-iam mutuamente. [...] As vantagens de uma colaboração estreita entre as escolas e as famílias, através de um diálogo permanente, aberto e construtivo, parecem reunir um consenso generalizado (LIGHTFOOT, 1978, apud DIOGO, 1998, p. 60).

A família e a escola afirmam-se como os principais contextos que condicionam o crescimento e o desenvolvimento das crianças, tornando-se imperativa a necessidade de facilitar, melhorar e intensificar a comunicação, estreitar o relacionamento e a cooperação autêntica entre estas duas instituições, visando um clima de confiança e diálogo, propício à adequada estruturação de contextos de aprendizagem, gratificantes e estimulantes, que se construam dinamicamente através da atividade, do envolvimento e da atuação de todos os que neles participam, e que contribuam para reforçar a identidade pessoal da criança, desenvolver nela a autoestima, a autoconfiança, a realização pessoal e social, o bem-estar físico e emocional, assim como atitudes positivas em relação à aprendizagem e à própria escola e minorar os problemas de insucesso escolar,

favorecendo percursos em direção ao êxito e ao sucesso educativo (DIOGO, 1998; SANTOS, 2012).

Diogo (1998) chama a atenção para a imperiosa necessidade de um equilíbrio estruturante entre a “*cultura da escola*” e a “*cultura do cotidiano*” (idem, p.28), como plataforma sólida de comunicação e intervenção, essencial para a criação partilhada de condições de promoção do sucesso educativo e escolar de todas as crianças e jovens, sem exceção.

Verificamos ser necessário construir diariamente pontes de interação e de diálogo com estruturas progressivamente mais sólidas entre a família e a escola, aptas a gerar e fomentar as condições essenciais para que ambas se sintam amplamente envolvidas e se assumam definitivamente como parceiros comprometidos e co-responsáveis na felicidade, na educação e no sucesso das crianças e jovens.

Esta tão desejada comunicação entre a escola e a família, deverá então pautar-se pelo respeito mútuo e pela cordialidade, pela compreensão e confiança recíprocas, pela reflexão conjunta, pela disponibilidade e pela genuína vontade de construir e negociar formas de trabalho colaborativo e de partilha efetiva. Podemos então afirmar, sem dúvidas, que este longo e difícil caminho, porém, necessário e inadiável, deve ser assumido e percorrido de forma consciente, responsável e empenhada, por todos os que nele se encontram envolvidos.

Sabemos que a articulação escola/família reveste-se de uma importância fundamental, permitindo uma ampla conjugação de esforços que facilitam e asseguram a reflexão e a atuação conjunta na resolução de diversas situações e problemas que possam surgir em ambos os contextos familiar e escolar, podendo assim, representar uma plataforma de comunicação eficiente e recíproca, de diálogo construtivo e intercultural, e de interação funcional entre a família e a instituição escolar, isto se a articulação pretendida for efetivamente alcançada, o que implica uma disponibilidade permanente de ambas as partes, espírito colaborativo e uma postura dinâmica e interventiva (SANTOS, 2002).

É fundamental reforçar e apoiar a família no acompanhamento e comunicação com os seus filhos sobredotados, o qual se revela muito importantes para o pleno desenvolvimento destes:

Se os pais conseguissem caminhar juntamente com seus filhos superdotados, dialogando com eles, provocando experiências de vida significativas e de relacionamento autêntico, poderá ser decisiva sua influência no desenvolvimento de seus filhos e na construção de sua identidade pessoal (NOVAES, 1979, p. 120).

Urge traçar e consolidar percursos que visem caminhar no sentido de uma crescente abertura à plena participação dos pais/famílias na vida educativa e escolar dos seus filhos/educandos e, conseqüentemente, contribuir para uma rutura definitiva com eventuais receios, medos e angustias que possam persistir face a uma relação de partilha, colaboração e articulação estreita e sistemática entre a família e a escola, como referem, nos seus testemunhos, algumas mães e pais entrevistados:

Sim, muito importante. [...] Tem que haver uma estreita articulação. Mas, penso que a escola não contribui para a articulação desejada. Não é fácil conseguir uma boa articulação (Mãe).

Sim. [...] Se não houver articulação é difícil resolver os problemas, pois estes não se resolvem sozinhos (Mãe).

A articulação é sempre um aspeto importantíssimo (Pai).

Acho que sim. É importante colaborar com a escola e com a professora. Permite partilhar e tentar resolver os problemas em conjunto (Mãe).

É então necessário que as famílias e as escolas sejam capazes de desenvolver parcerias que contribuam para uma adequada promoção de procedimentos educativos junto das crianças, que contemplem a valorização de saberes, de práticas, de dinâmicas familiares e da cultura familiar, e que proporcionem as condições necessárias para acionar o trabalho conjunto entre professores e pais/famílias, abrindo caminho ao envolvimento parental ativo e sistemático nos diversos contextos escolares dos seus educandos, sem esquecer que a educação das crianças deverá contemplar e registar sempre uma responsabilidade e uma intervenção partilhada de ambas as instituições.

A pedagogia intercultural assume, sem dúvida, uma importância crescente e constitui um inesgotável desafio para as famílias e as escolas. Sabemos que os múltiplos benefícios resultantes do pluralismo

e da diversidade são inquestionáveis, pelo que se torna urgente assegurar a implementação de dinâmicas educativas que promovam efetivamente a inclusão de todas as crianças e jovens, independentemente das suas diferenças e necessidades educativas específicas, contribuindo, desta forma, para desenvolver uma escola e sociedade plural, capaz de aceitar, acolher, compreender e valorizar a individualidade e a singularidade e eliminar ou diminuir os estereótipos, os fatores de exclusão e os preconceitos existentes.

Segundo Ramos (2007a, 2011), o paradigma intercultural vem introduzir na intervenção e na investigação em educação, a diversidade, a pluralidade, a heterogeneidade, a interdisciplinaridade e a complexidade e permitir a compreensão de situações e problemáticas que surgem ao nível dos processos, das dinâmicas, das estratégias e das relações. Implica operacionalizar atitudes de descentração e implementar uma ética da relação humana e pedagógica, mas também impulsionar o desenvolvimento e o constante aperfeiçoamento de competências individuais, multi/interculturais e de cidadania ativa.

Ora, no sentido de responder adequadamente à diversidade observada e à complexidade dos múltiplos processos educacionais e pedagógicos, as instituições escolares deverão organizar-se no sentido de desenvolver e aplicar estratégias educativas/pedagógicas e curriculares interculturais, metodologias e práticas ajustadas às necessidades individuais e culturais e aos perfis de aprendizagem das crianças e jovens, proceder à revisão e atualização dos programas e dos materiais e recursos didáticos, assegurar uma formação adequada e de qualidade dos educadores/professores e outros técnicos/agentes educativos, bem como fomentar o diálogo e desenvolver novas formas de comunicação, estreitar a articulação, negociar conflitos, procurar consensos e ativar a colaboração entre a escola, a família e a sociedade. O sistema educativo numa sociedade multicultural e em rápida transformação deverá integrar, sem qualquer hesitação, a educação intercultural nas suas dinâmicas e opções educativas e pedagógicas, almejando a inclusão e o acolhimento de todas as crianças e jovens, a promoção de um ensino dialógico em que as diferenças, a diversidade, a pluralidade e a alteridade sejam contempladas e o diálogo seja sistematicamente promovido e maximizado, implicando disponibilidade e um profundo empenhamento e investimento dos professores e demais técnicos que atuam na escola, na operacionalização de mudanças no sentido da interculturalidade (RAMOS, 2007a,b, 2009, a, b, c).

A escola deverá representar um verdadeiro espaço de aprendizagem e comunicação intercultural, de vivência e aprendizagem cultural, de partilha de valores, interesses, experiências, saberes e conhecimentos, e de incentivo à descoberta, respeitando sempre as diferenças de género, idade, etnia, cultura, religião, cognitivas, afetivas e sociais, permitindo assim alcançar o estabelecimento de interações sociais dinâmicas, abrangentes e harmoniosas, e contribuindo para assegurar a equidade, a justiça social e a diminuição de desigualdades educativas e sociais (RAMOS, 2007a, 2008).

Certamente, se as crianças sobredotadas beneficiarem de um meio familiar, escolar e social devidamente organizado, acolhedor e estimulante, que contribua para a promoção do seu equilíbrio emocional e psíquico e para o desenvolvimento maximizado das suas capacidades e potencialidades, estas terão condições para poderem evidenciar características com implicações positivas tanto ao nível familiar como socioeducativo.

Os pais e os educadores/professores revelam dificuldades significativas na compreensão da problemática da sobredotação, o que dificulta a organização de intervenções ajustadas aos problemas que poderão surgir com estas crianças e jovens, acarretando sérias limitações e fragilidades na criação e dinamização das condições necessárias à adequada promoção do desenvolvimento emocional e psíquico das mesmas e à maximização de todo o seu potencial e criatividade. Na opinião de uma técnica especializada entrevistada no âmbito deste estudo:

[...] De facto, o panorama informativo e formativo é muito lacunar nesta matéria. A maior parte dos professores desconhece o que é uma criança sobredotada. E, os mitos continuam enraizadíssimos e continuam a determinar preconceitos muito, muito fechados sobre a sobredotação, sobre a criança sobredotada e, de facto, o panorama não é nada simpático para estas crianças e para estas famílias. É um panorama geral, ou seja, observa-se em todo o país. Há uma sensibilização maior para esta temática, mas há ainda um grande desconhecimento Técnica Especializada).

Na opinião dos pais/famílias que participaram neste estudo, não se observa uma efectiva aceitação e inclusão dos seus filhos nas instituições escolares, facto que se traduz numa sistemática preocupação e insegurança face ao acompanhamento dos mesmos nos

contextos educativos institucionais, como podemos compreender através dos testemunhos de mães e de pais entrevistados:

Não. Não há inclusão. Penso que são crianças discriminadas (Mãe).

Penso que não há uma verdadeira inclusão na escola (Pai).

Não existem recursos humanos, nem propostas educacionais para trabalhar com estas crianças (Mãe).

A professora não entende o que é uma criança sobredotada, nem está muito interessada em entender. Diz que a turma é muito complicada e que não tem tempo para fazer coisas específicas para a minha filha (Mãe).

Seria fundamental existirem instituições públicas que efectuassem o acompanhamento destes casos e para apoiar as crianças e as famílias (Pai).

Percebemos que se as famílias e as escolas/professores compreenderem a problemática da sobredotação e beneficiarem de estruturas de apoio adequadas e acompanhamento na intervenção junto destes casos, existirão menos dificuldades na gestão dos problemas resultantes desta problemática, observados ao nível familiar e escolar, o que irá contribuir para uma visão positiva da sobredotação e uma melhor aceitação, compreensão e inclusão destas crianças na família, na escola e na sociedade.

Quando os professores não possuem formação sobre a temática da sobredotação e, conseqüentemente, não se encontram devidamente preparados nem motivados para intervir com estes alunos, verificamos que dificilmente conseguirão proporcionar-lhes contextos de ensino e aprendizagem desafiantes, estimulantes e orientados para as suas reais necessidades educativas, de forma a garantir o sucesso escolar dos mesmos. Nas palavras de uma professora entrevistada:

Os professores não têm qualquer formação sobre este problema e, por isso, têm um enorme desconhecimento sobre estas crianças. Os cursos não formam neste domínio. Eu própria não fiz qualquer formação sobre sobredotados” (SANTOS, 2012, p. 241).

Também duas técnicas especializadas que colaboraram neste estudo referiram:

Não há preparação. Colocam os professores a trabalhar com populações especiais, sem lhes dar formação sobre como lidar

com essas populações e como compreender essas populações especiais. Este é o problema do nosso sistema. Na formação inicial de professores deveria haver um pequeno pacote formativo sobre a sobredotação. Depois, é importante haver cursos de formação contínua ou especializada que, de facto, permitam aos professores aprofundar conhecimentos. Não vejo necessidade de todos os professores serem especialistas. É apenas preciso que tenham um perfil de competências base. No agrupamento de escolas onde lecionam devem poder recorrer a um professor especialista ou a uma equipa técnica que lhes dê indicações de como podem trabalhar com aquele aluno (Técnica Especializada).

Penso que na formação inicial não existe sensibilização sobre esta matéria e não existe nenhuma disciplina na qual os professores estudem esta problemática. Os professores não estão formados neste domínio. Seria sem dúvida fundamental que todos os professores tivessem, na formação de base, acesso a uma sensibilização no domínio da sobredotação e aprendessem a ter um olhar atento para a diferença. Quando há alguma sensibilização, esta é muito, muito superficial, o que não permite compreender minimamente nem lhes permite adquirir conhecimentos ao nível de estratégias e metodologias a aplicar (Técnica Especializada).

É assim urgente que as instituições escolares reúnam as condições necessárias para poderem atuar com crianças e jovens sobredotados, respondendo adequadamente às suas necessidades educativas e respeitando a sua individualidade e diferença. Porém, os resultados do estudo de Santos (2012) mostram que os professores/escolas ainda não se encontram devidamente preparados para intervir com crianças sobredotadas, como evidencia a opinião de uma técnica especializada:

Não, não estão preparados minimamente, porque falta a informação e a formação para poderem perceber as especificidades destes alunos. Os professores e as escolas têm, certamente, competências para o fazer, mas o que lhes falta é a informação. Falta saber como sinalizar um sobredotado, falta saber como identificar os problemas que os sobredotados podem revelar e, depois, como pôr ao serviço dessas crianças ou desses alunos e jovens aquilo de que eles necessitam como sobredotados, ou seja, em função das suas características e necessidades. Falta saber como implementar a intervenção necessária. É preciso haver formação e não precisa ser complicada. Se tiverem formação, acredito que sim. É preciso formação. A formação é essencial (Técnica Especializada).

Este trabalho permitiu ainda verificar que, no geral, as escolas não utilizam estratégias diferenciadas e integradoras, nem recorrem a programas específicos para organizar e adequar as intervenções e os procedimentos educativos às necessidades das crianças e jovens com características de sobredotação, como mostram os testemunhos de algumas professoras:

Não, até porque a própria escola não está orientada nem vocacionada para isso. Ausência de conhecimento dos programas existentes e de conhecimentos para os poder aplicar. Ausência de técnicos na escola e de apoios/recursos humanos e materiais para apoiar esta implementação (Professora).

Não utilizamos metodologias nem programas diferentes para estas crianças (Professora).

Não tenho conhecimento de programas diferentes para estes alunos nem indicações para utilizar métodos diferentes (Professora).

Não há nada de diferente na escola para trabalhar com crianças sobredotadas. Nem métodos nem outros programas (Professora).

Todas as crianças e jovens, incluindo os sobredotados, necessitam de contextos educativos ricos em estímulos e de professores motivados, preparados, disponíveis e efetivamente empenhados, capazes de contribuir para a promoção do seu potencial, assegurar o seu sucesso escolar, a sua realização pessoal e social e o seu equilíbrio emocional.

A organização de ações de sensibilização e formação de educadores/professores na área da sobredotação são fundamentais para uma adequada atuação destes profissionais e das instituições escolares nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos sobredotados. Os testemunhos de algumas professoras entrevistadas, a seguir apresentados, espelham indubitavelmente essa efetiva necessidade:

Para trabalhar com este tipo de crianças é preciso saber como. A formação é fundamental (Professora).

Sem formação nesta área é muito difícil para o professor compreender estas crianças e saber como deverá trabalhar com elas. São situações muito específicas e difíceis. Temos mesmo que ter formação (Professora).

Só podemos actuar correctamente com formação adequada. Estas crianças exigem um trabalho certamente diferente e a formação é que poderá contribuir para que o professor esteja preparado para lidar com estas crianças. Não vejo de outra maneira (Professora).

Regista-se assim uma evidente necessidade de organizar respostas educativas ajustadas aos perfis intra-individuais dos alunos sobredotados, que permitam alcançar o desenvolvimento favorável do seu potencial, com base numa educação integradora e inclusiva, sendo então necessário assegurar uma articulação funcional e um trabalho colaborativo sólido entre as instituições especializadas que acompanham as crianças sobredotadas e as escolas que as mesmas frequentam, como revela, claramente, a opinião de uma professora que participou neste estudo:

Penso que não será possível avançar sem haver articulação. O professor tem que saber os passos que vai ter que dar. É preciso haver orientação por pessoas conhecedoras do trabalho que é necessário organizar e do modo como lidar com estas crianças. Não se pode esperar que o professor trabalhe sozinho com crianças com estas características (Professora).

Considerações Finais

(...) A singularidade e a diversidade devem conviver ultrapassando etnocentrismos, exclusão escolar dos diferentes (surdos, invisuais, hiperactivos, sobredotados, deficientes...), porque actores de diferentes culturas e saberes (MONIZ, 2008, p. 60).

A diversidade e a singularidade constituem evidências irrefutáveis nas sociedades e escolas plurais nas quais vivemos e atuamos, destacando-se inegavelmente como características da humanidade, cabendo à sociedade em geral, reconhecer este facto e atuar na direção da aceitação das diferenças culturais e individuais, facilitando desta forma a afirmação das identidades e a eliminação progressiva de estereótipos e preconceitos, no quadro de uma responsabilidade social consciente e assumida.

Torna-se

“necessário uma maior abertura do sistema escolar às problemáticas individuais, sociais e culturais, devendo a escola ter em conta a cultura de origem das crianças, criar espaços para reflectir a alteridade, a diversidade, a abertura ao mundo e a diferença” (RAMOS, 2008, p. 67).

Num mundo multi/intercultural, importa garantir a todos os indivíduos, independentemente da origem social, da etnia, da cultura, das capacidades ou das características individuais e específicas, equidade e igualdade nas oportunidades de acesso e de sucesso na educação, e assegurar que essa educação se pautar pelo pleno reconhecimento da singularidade e da diversidade dos alunos. A sobredotação terá que ser entendida a partir de uma perspectiva integrativa e ecológico-cultural, assegurando-se assim a aceitação das singularidades e das diferenças individuais e culturais enquanto características da diversidade humana, implicando que as escolas reconheçam a pluralidade de capacidades e habilidades e promovam as potencialidades de conhecimentos e de talentos.

As crianças e os jovens sobredotados requerem um acompanhamento psicopedagógico adequado, baseado em estratégias educacionais que promovam as suas capacidades, para que não mergulhem numa inadaptação e desmotivação que os encaminhe em direcção ao isolamento, ao desinteresse pela escola e pelas actividades escolares, desperdiçando as suas capacidades e talentos e comprometendo seriamente o seu sucesso escolar, social e desenvolvimento psicológico. Torna-se então fundamental estabelecer um sério compromisso de cooperação entre as famílias e as instituições escolares, para a edificação e consolidação de uma responsabilidade partilhada, que garanta linhas de atuação orientadas para o reconhecimento da necessidade de assumir uma postura colaborativa na educação dinâmica e na intervenção junto destas crianças e jovens, de forma a corresponder às suas necessidades e desejos, como exemplificam os testemunhos genuínos de crianças que participaram neste estudo, relativamente às suas percepções sobre a escola ideal:

Uma escola perfeita, onde pudesse fazer e aprender muitas coisas (Criança Sobredotada).

Uma escola onde não houvesse trabalhos sem interesse e onde todos os dias aprendêssemos muitas coisas novas, em vez de estudar coisas que já estamos fartos de saber (Criança Sobredotada).

Uma escola divertida, onde todos fossem amigos e com salas de estudo para os alunos poderem estar sempre a estudar. Tinha que ter um jardim com muitas árvores e flores para ser uma escola bonita (Criança Sobredotada).

Estas crianças e jovens constituem um permanente desafio familiar, educativo, psicológico e social, dada a complexidade do construto de

sobredotação, a heterogeneidade da sua composição (enquanto grupo) e as inúmeras dificuldades observadas nos processos de identificação. A problemática da sobredotação, representa um complexo fenómeno multifacetado e sobre o qual ainda reside muito para aprofundar, questionar e compreender e o qual exige estratégias e políticas públicas adequadas que promovam o pleno desenvolvimento das elevadas potencialidades e talentos destas crianças e jovens.

Constatamos e não olvidamos que a diversidade permanece claramente no centro do desenvolvimento humano, devendo a interculturalidade e a diversidade serem integradas e compreendidas numa perspetiva mais abrangente e global de construção das sociedades. Torna-se assim fundamental que a diversidade e a diferença sejam percecionadas como uma importante oportunidade de enriquecimento e aprendizagem numa sociedade multi/intercultural, partilhando valores, tradições e competências, criando espaços para reflexões críticas acerca da alteridade e da diversidade. É importante uma maior abertura dos sistemas escolares às inúmeras problemáticas e necessidades individuais, através da construção e implementação de modelos e práticas pedagógicas dinâmicas, interativas e integradoras, que sustentem uma nova ética e uma visão renovada de justiça social e contemplem um diálogo sistemático e uma sólida articulação entre as famílias, as instituições escolares e a sociedade (GIROUX, 1983; RAMOS, 2007b).

Se tu és diferente de mim, não me diminuis, enriqueces-me.

Antoine Saint-Exupéry

Referências

ALCOFORADO, Luís et al. **Educação e Formação de Adultos: Políticas, práticas e investigação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

ALENCAR, Eunice. **Psicologia e Educação do Superdotado**. S. Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

ALMEIDA, Leandro; OLIVEIRA, Ema. Os Professores na Identificação de Alunos Sobredotados. In: Leandro ALMEIDA et al. **Alunos Sobredotados: Contributos Para a Sua Identificação e Apoio**. Braga: ANEIS, 2000.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CRIANÇAS SOBREDOTADAS. **Deixem-me passar! Orientações aos Pais e Professores de Crianças Sobredotadas.** Porto: APCS, 1987.

BRANDÃO, António. A Criança Sobredotada: Dificuldades de Integração. In **Actas do Congresso Internacional de Sobredotação: Problemática Sócio-Educativa.** Porto: APEPICTA, 1996. p. 429-431.

BRONFENBRENNER, Urie. **The ecology of human development. Experiments by Nature and Design.** Cambridge MA: Harvard University Press, 1979.

CAMILLERI, Carmel. La notion de culture. **Intercultures**, 7, p.76-83.

CANDEIAS, Adelinda. Avaliação dos riscos sociais e emocionais dos alunos com altas habilidades: Um estudo de caracterização no Alentejo. In **Sobredotação: Actas do V Congresso Anual da ANEIS.** Braga: ANEIS, 2005. p. 267-279.

CARDOSO, Carlos. **Educação Multicultural.** Lisboa: Texto Editora, 1996.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO. Comissão internacional sobre a educação para o século XXI. Porto: Edições ASA, 1996.

DIOGO, José. **Parceria Escola-Família: A caminho de uma educação participada.** Porto: Porto Editora, 1998.

FALCÃO, Ilídio. **Crianças Sobredotadas: Que sucesso escolar?.** Rio Tinto: Edições ASA, 1992.

FERREIRA, Manuela. **Educação Intercultural.** Lisboa: Universidade Aberta, 2003.

FORTIN, Marie-Fabienne. **O Processo de Investigação: Da concepção à realização.** Loures: Lusociência, 2003.

GIROUX, Henry. Theories of Reproduction and Resistance in the New Sociology of Education: a critical analysis. **Harvard Educational Review**, 55, 3, 1983.

GOMES, Maria et al. **Diferentes somos Todos. A Educação dos Surdos Como Mediação Cultural.** In Rosa BIZARRO, **Como abordar ... A Escola e a Diversidade Cultural.** Porto: Areal Editores, 2006.

HOLLINGWORTH, Leta. **Gifted Children:** Their nature and nurture. New York: Macmillan Company, 1926.

PORTUGAL. Lei n.º 46/86, de 14 de outubro de 1986. Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República, I Série, n.º 237, 1986.

MONIZ, Luísa. **Não Sei Se Sou Diferente.** In:_____. A (in)visibilidade da diversidade cultural. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

NOVAES, Maria. **Desenvolvimento Psicológico do Superdotado.** S. Paulo: Editora Atlas, S.A, 1979.

PERES, Américo. **Educação Intercultural: utopia ou realidade?** Porto: Profedições, 2000.

RAMOS, Natália. **Educação Intercultural.** Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta, Vol. I e II, 1999.

RAMOS, Natália. **Seminário de Educação Intercultural.** Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

RAMOS, Natália. Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento. O caso das crianças migrantes. In Rosa BIZARRO (org.). **Eu e o Outro. Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s), e Práticas Interculturais.** Porto: Areal Editores, 2007a, p. 367-375.

RAMOS, Natália. Sociedades multiculturais, interculturalidade e Educação: Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, Universidade de Coimbra, Ano 41-3, 2007b, p. 223-244.

RAMOS, Natália. Sociedades multiculturais, pedagogia intercultural e educação dos migrantes e minorias: paradigmas e desafios. In E.BALDI & M. PAIVA (Orgs.). **Epistemologia das Ciências da Educação.** Natal: Edufrn, 2009a, p. 133-158.

RAMOS, Natália. Crianças e famílias em contexto migratório e

intercultural. Desafios às práticas e políticas educacionais, sociais e de cidadania. In Natália RAMOS (Coord.). **Educação, Interculturalidade e Cidadania**. Bucareste: Ed. Milena Press, 2008, p. 53-72.

RAMOS, Natália. Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural. Políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. **Revista Educação em Questão**, Natal, 34-20, 2009b, p. 9-32.

RAMOS, N. Educar e formar na sociedade multi/intercultural – Contributos para a comunicação intercultural e cidadania. In G. MACHADO, N. SOBRAL (org) **CONEXÕES –Educação, Comunicação, Inclusão e Interculturalidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2009c, p. 15- 37.

RAMOS, Natália. Educar para a Interculturalidade e Cidadania: Princípios e Desafios. In Luís ALCOFORADO et al (Orgs.). **Educação e Formação de Adultos: políticas, práticas e investigação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 189-200.

SANTOS, Ana Karina. **A Criança Sobredotada na Família e na Escola**. Lisboa: Editorial Minerva, 2002.

SANTOS, Ana Karina. Sobredotação: percepções e problemas em contexto familiar e escolar. In Alice TOMÉ & Teresa CARREIRA (Orgs.). **Ensino. Formação. Profissão Arte**. Lisboa: Editorial Minerva, 2005, p 161-184.

SANTOS, Ana Karina. **Crianças Sobredotadas : dinâmicas familiares, escolares e socioculturais**. Tese (Doutoramento) - Ciências da Educação, na Especialidade em Educação Multicultural/Intercultural, Universidade Aberta de Lisboa, 2012.

SERRA, Helena. Projeto Sábados Diferentes: um programa de apoio ao desenvolvimento pessoal e social de crianças sobredotadas. In Leandro ALMEIDA et al (Orgs.) **Alunos Sobredotados: contributos para a sua identificação e apoio**. Btga: Aneis, p. 149-154.

SERRA, Helena, CARDOSO, Manuel. Sobredotação: uma Problemática, uma Perspectiva de Intervenção. In Helena SERRA

(Coord.). **Domínio Cognitivo: Estudos em Necessidades Educativas Especiais**. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro, 2008, p. 103-181.

SOEIRO, Alfredo; PINTO Maria. O Projecto *Inter* e a Educação Intercultural. In Rosa BIZARRO. **Como abordar ... A Escola e a Diversidade Cultural**. Porto: Areal Editores, 2006.

UNESCO. **Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle**. Paris: Unesco, 2001

UNESCO. **Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles**. Paris: Unesco, 2005

UNESCO. **Dix clés por la Convention sur la Protection e la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles**. Paris: Unesco, 2007

WINNER, Ellen. **Crianças Sobredotadas: Mitos e realidades**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.